

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO TURÍSTICA
DO MEIO-NORTE**

RESUMO EXECUTIVO

**GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAR
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO TURÍSTICA
DO MEIO-NORTE**

Casa Civil da Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Secretaria de Portos da Presidência da República
Ministério da Integração Nacional
Ministério do Turismo
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Minas e Energia
Ministério das Cidades
Ministério da Educação
Ministério da Saúde
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério dos Transportes
Ministério das Comunicações
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério da Cultura
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério das Relações Exteriores

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão do Ceará
Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão
Secretaria de Estado do Turismo do Piauí
Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão
Secretaria de Estado do Turismo do Ceará

Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável-ADRS

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Banco do Nordeste do Brasil
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO

SUMÁRIO

- 1. Apresentação,**
- 2. Área de Abrangência do Plano,**
- 3. Diagnóstico,**
 - 3.1- Contexto Natural,**
 - 3.2- Processo Histórico de Ocupação da Área,**
 - 3.3- Contexto Fundiário,**
 - 3.4- Contexto Demográfico,**
 - 3.5- Contexto Econômico,**
 - 3.6- Infraestrutura,**
 - 3.7- Contexto Social,**
- 4. Objetivos Geral e Específicos,**
- 5. Diretrizes,**
- 6. Programação das Consultas,**
- 7. Relação dos Municípios que compõe a área do Plano,**

1. APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio-Norte surgiu em decorrência da observação do mapa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no qual a região, que compreende o nordeste maranhense, o norte piauiense e o noroeste cearense, não obstante o grande potencial que apresenta, se encontrava no pior cenário de desenvolvimento previsto pela tipologia da PNDR: baixa renda e economicamente estagnada.

A região compreende três das mais espetaculares atrações turísticas do nosso país: os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a Costa do Sol Poente Cearense, cujas belezas naturais são preservadas em áreas protegidas, e que constituem a “Rota das Emoções”. Próximas ao litoral, devem ser mencionadas ainda outras atrações como o Parque Nacional das Sete Cidades (PI), o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu (PI) e o Parque Nacional de Ubajara (CE).

Tornava-se evidente que as maiores possibilidades de desenvolvimento na região em questão estão associadas à exploração turística, o que motivou o Ministério da Integração Nacional a procurar o Ministério do Turismo e a Casa Civil da Presidência da República para propor um projeto pioneiro no Brasil, de desenvolvimento regional ancorado na atividade turística.

A proposição partia da percepção de que o pleno desenvolvimento da região não ocorreria sustentado apenas na atividade turística, devendo contemplar uma ampla gama de atividades presentes na região, como a agropecuária, o extrativismo, a pesca e o artesanato rural, com ações voltadas ao aumento de sua produtividade e a agregação de valor à produção primária, cujas medidas deveriam ter por meta a sua estruturação, tanto do ponto de vista de oferta de produtos, sistematização de atividades variadas, quanto do fortalecimento de meios institucionais que lhes dessem condições de viabilizar os empreendimentos previstos e propostos para a região.

Dessa forma, o Presidente da República instituiu, mediante o Decreto s/nº de 06 de novembro de 2008, um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio-Norte, integrado por onze Ministérios (em ampliação); pelas secretarias de planejamento e de turismo dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará e pela Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), criada a partir de um consórcio público entre os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão para promover o desenvolvimento integral da região da Rota das Emoções, de forma sustentável e com equidade social, articulando as ações públicas federais, estaduais e municipais, com apoio nas organizações da sociedade civil e iniciativa privada.

A metodologia de elaboração do Plano prevê a participação dos diversos órgãos setoriais nas esferas federal e estadual, e o envolvimento das 77 administrações municipais e das organizações representativas dos mais diversos segmentos da sociedade local, e que culminará na realização de consultas públicas nos principais pólos da região, como forma de garantir a efetivação da vontade da população local no planejamento proposto.

2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO

A área do Plano compreende sete regiões estaduais de planejamento, sendo três do nordeste maranhense (Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Alto Munim); duas do norte piauiense (Planície Litorânea e Cocais) e duas do noroeste cearense (Litoral Norte e Ibiapaba), compreendendo um total de 77 municípios.

A área totaliza 66,0 mil km², correspondentes a 3,6% da área territorial do Nordeste e a 9,0 % da soma das áreas dos três estados. Esta área envolve 77 municípios dos quais 32, pelo censo de 2000, têm população superior a 20 mil habitantes, totalizando, em 2008, 1.855.673 habitantes.

MAPA

3-DIAGNÓSTICO

3.1- CONTEXTO NATURAL

Na região Meio-Norte predomina dois biomas, entre os seis grandes biomas considerados no país: a Caatinga e o Cerrado. Na sua porção ocidental há o predomínio da Savana (Cerrado) e na porção oriental ocorre a Caatinga (Savana estépica).

A flora da região Meio-Norte se divide em quatro grandes grupos: aquelas pertencentes aos dois biomas preponderantes formam os grupos da caatinga (savana estépica) e do cerrado (savana). Além destas, existem também as formações com influência marinha e os ecótonos (áreas que apresentam transição entre diversos ecossistemas). Também é importante ressaltar a presença de Mata de cocais, vegetação predominante entre a Amazônia e a caatinga nos estados do Maranhão e Piauí, onde predominam as palmeiras babaçu e carnaúba, além do buriti.

A Região contempla, parte de três regiões hidrográficas nacionais: do Atlântico Nordeste Ocidental, do Atlântico Nordeste Oriental e do Rio Parnaíba. A área do Plano especificamente abrange parte das bacias hidrográficas dos rios Parnaíba, Preguiça, Longa, Coreaú, Acaraú, Rio Preto, Munim e Iguará.

O Clima da Região Meio-Norte é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Tropical de Zona Equatorial.

O período de chuvas inicia em outubro e se estende até abril. As áreas de abrangência do Plano exibem totais pluviométricas entre 1.200 a 2000 mm. Em média, mais de 90% do total ocorrem no período que vai de outubro a abril, sendo fevereiro e março os meses mais chuvosos, enquanto que julho e agosto são os meses de menor pluviometria. A temperatura média anual é de 27,2° C, com variações em função do período chuvoso.

Quanto às classes de solo, existem cerca de três principais na região: o argissolo vermelho-amarelo, o chernossolo argilúvico e o gleissolo sálico.

Foi constatado que algumas atividades como a carcinicultura, a pesca predatória, a monocultura e a pecuária extensiva podem causar graves danos ambientais.

Carcinicultura

A carcinicultura é uma atividade que vem se desenvolvendo rapidamente no estado do Ceará com tendência a se expandir para os estados do Piauí e Maranhão. A construção de tanques para cultivo de camarão no manguezal começa pela remoção total da cobertura vegetal, seguida de escavação do terreno, compactação dos taludes feitos com material da escavação, e sistema de comportas para manter estável o nível d'água em qualquer estágio da maré.

Um tanque de cultivo é uma fonte potencial de poluição, resultante do excesso de fertilizantes e alimentos, causando eutroficação do estuário (FAO, 1982). Biocidas são usados também para eliminar moluscos que competem por alimentos no fundo dos

tanques, crustáceos parasitas, caranguejos e peixes predadores de camarão, além das doenças produzidas por fungos.

A captura intensiva de larvas para povoar os tanques reduz os estoques naturais dos estuários, causando declínio da pesca artesanal, com graves prejuízos sociais. Nas áreas de mangue, vizinhas aos tanques, a flora e a fauna do ecossistema vão sendo prejudicadas devido à alteração na drenagem, na frequência de inundação, bem como pelas águas servidas (tóxicas) provenientes das descargas dos tanques e dos canais de drenagem construídos sobre sedimento rico em enxofre, que em contato com o ar pode transformar-se em ácido sulfúrico.

Pesca predatória

A falta de proteção aos estoques que em sua fase juvenil sofrem a ação da pesca indiscriminada e pouco seletiva, com insustentável índice de refugo ou descarte, é poderoso entrave à racionalização da exploração pesqueira, colocando em risco de sobrepesca inúmeros recursos (CIMA, 1991). A pesca predatória incide sobre moluscos, crustáceos e peixes (inclusive utilizando explosivos)

Destacamos a pesca de camarões nos estuários utilizando o método do arrasto que destrói toda a vegetação aquática comprometendo a cadeia alimentar, além disso, esse tipo de pesca captura uma diversidade de indivíduos imaturos que são descartados (bycatch).

A pesca indiscriminada do caranguejo-uca nesta área implica em alto potencial de risco para o delta e seus ecossistemas; A utilização de apetrechos de pesca predatórios neste mosaico estão comprometendo seriamente os estoques dessas espécies.

Outras

Atividades como cultivo de monoculturas, notadamente soja, estão ameaçando os ecossistemas com o avanço da fronteira agrícola, aliados ao não cumprimento das especificações das Reservas Legais e das Áreas de Proteção Permanente.

A pressão da pecuária extensiva, aumento do tráfego de veículos, expansão urbana, poluição do estuário e área sujeita a implantação de projetos em aquíicultura. A implantação da BR 402 deverá ser acompanhada de intensa gestão e ordenamento territoriais, visando mitigar os conflitos que serão gerados.

3.2- PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

O processo de ocupação do litoral setentrional brasileiro teve início efetivamente a partir da segunda década do século XVII, quando Portugal (desde 1580 e até 1640 vinculado ao Reino de Espanha), em reação às frequentes incursões de franceses e holandeses, ferrenhos inimigos da Espanha, envia, a partir de Pernambuco, expedições militares à região, seja para expulsar os invasores ou para instalar fortificações.

Para consolidar a ocupação deste imenso território, Portugal, em 1621, divide a colônia em duas, separando do Brasil o intitulado Estado do Maranhão e do Grão Pará, com capital em São Luís, e que se estendia desde a foz do rio Jaguaribe (Ceará) até a bacia Amazônica, que começava a ser explorada pelos portugueses.

Em 1678, foi fundada a Companhia de Comércio do Maranhão, com o objetivo de fomentar a exploração econômica da nova colônia, assentada numa incipiente produção de cana-de-açúcar, tabaco e das chamadas drogas do sertão.

Em 1772, ocorre a separação com a Capitania do Grão Pará absorvendo a Capitania do Rio Negro (atual Amazonas) e a Capitania do Maranhão incluindo o atual Piauí.

O processo de ocupação do interior da região ocorre em função do espraiamento da atividade pecuária, voltada para o suprimento de carne e couro para os centros açucareiros do litoral, que, a partir das barrancas do rio São Francisco, dirigem-se aos cursos dos rios Jaguaribe, Piauí e Gurguéia, chegando ao Parnaíba, promovendo a ocupação da porção sul dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Em todo o processo de ocupação dos três estados acima descrito, a situação do nordeste do Maranhão, norte do Piauí e noroeste do Ceará foi sempre marginal, distantes que estavam dos centros econômicos e políticos de suas respectivas províncias. Até o final do século XIX, apenas dois centros destacavam-se na região: Parnaíba, que por sua localização na foz do rio Parnaíba, propiciava a implantação de empresas comerciais que exploravam rotas fluviais que subiam o rio até Teresina e outras cidades piauienses e maranhenses dos médio e alto Parnaíba; e Camocim, cujo porto atendia as demandas das regiões de Sobral (ao qual foi ligado por ferrovia em 1881) e da serra da Ibiapaba.

As marcas deste processo de ocupação conferem uma forte identidade cultural, aspecto do qual, juntamente com o patrimônio natural, decorrem grande parte do interesse turístico por esta região. Contudo, tais tradições culturais, expressas pelos saberes e fazeres locais, são frágeis frente aos acelerados processos de exploração e disponibilização dos potenciais locais, se fazendo necessário o estabelecimento de limites e das formas como serão ali introduzidos.

3.3- CONTEXTO FUNDIÁRIO

Da área territorial total de 6.599,7 mil hectares, cerca de 44,8% (2.958,7 mil hectares) constituem-se de áreas dos estabelecimentos agropecuários, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. Em 1996, a área dos estabelecimentos somava 2.447,1 mil hectares, registrando-se um acréscimo de 511,6 mil hectares, ou 20,9%.

Em 2006, 51,7% da área total dos estabelecimentos agropecuários achavam-se ocupados por lavouras permanentes, temporárias ou em descanso. As pastagens ocupavam 14,5% do total e as matas e florestas, 32,9%.

Quando analisamos a questão propriedades de terras, para a área estudada, a predominância no número de imóveis são as propriedades de 25 a 50 hectares (20,58%), seguido das de 10 a 25 hectares (20,43%). Quando observado o total de propriedades de 0 a 100 hectares, estas representam 4/5 (80,18%) do total e possuem o equivalente a 1/4 (24,82%) das áreas de propriedades. Já as áreas acima de 1000 hectares representam 1,11% do número de imóveis da região em análise e contemplam 24,84% da área. Nota-se, portanto, que há na região a predominância de minifúndios e da agricultura familiar.

Na área de abrangência do Plano estão localizados 300 Assentamentos da Reforma Agrária, com 18.036 famílias assentadas (Fonte: SIPRA/INCRA - 2007). Nos municípios do Estado do Maranhão concentra 55% das famílias assentadas, ou seja, são 9.964 famílias distribuídas em 142 assentamentos, enquanto nos municípios do Piauí são 6.338 famílias em 122 assentamentos e nos municípios do Ceará são 1.734 famílias em 36 assentamentos.

Com relação a comunidades quilombolas, na área do plano encontra-se um total de 08 comunidades remanescentes de quilombos (Fonte: Fundação Cultural Palmares - 2007), sendo que 04 encontram-se no Estado do Maranhão, 03 no Piauí e 01 no Ceará.

A região do plano apresenta ainda 01 Terra Indígena regularizada (Fonte: Funai - 2008), localizada no Ceará, ocupando uma área de 3.162,39 hectares dos municípios de Acaraú e Itarema. Esta Terra Indígena é ocupada pelo Grupo Indígena Tremembé.

A área de abrangência do Plano possui uma porção considerável de seu território preservada, havendo inclusive legislações estaduais mais restritivas que as federais.

Entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, destacam-se quatro Parques Nacionais (PARNA): Lençóis Maranhenses (MA) com 155.000 hectares; Sete Cidades (PI) com 7.700 hectares; Jericoacoara (CE) com 8.416 hectares e Ubajara (CE) com 6.288 hectares, num total de 177.404 hectares.

Entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, destacam-se duas Reservas Extrativistas (RESEX): Chapada Limpa (MA) com 11.971 hectares e Marinha do Delta (MA e PI) com 27.021 hectares, num total de 38.992 hectares.

Somando-se as áreas dos parques nacionais com as das reservas extrativistas, são 216.396 hectares, correspondentes a 3,28% da área total dos municípios que compõem o Plano.

Devem ser ainda mencionadas duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): Delta do Parnaíba (MA, PI e CE) com 313.800 hectares e Serra da Ibiapaba (PI e CE) com 1.592.550 hectares, num total de 1.906.350 hectares.

A aprovação da Lei Federal nº 10.257/01 – denominada Estatuto da Cidade – obrigou os municípios brasileiros (i) com população igual ou superior a 20 mil habitantes, ii) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, iii) com áreas de especial interesse turístico e iv) situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país a elaborarem os seus planos diretores. Estes consistem na definição do melhor modo de ocupar o território (rural e urbano) do município, de maneira a distribuir os ônus e os bônus de se viver nas cidades brasileiras.

Deste modo, o conhecimento da estrutura fundiária do município, diagnóstico do meio ambiente, do sistema de transporte, déficit habitacional e lacunas do saneamento são alvos de debates e propostas que devem se consolidar na lei do plano diretor. Sua construção se desenvolve de maneira coletiva, já que sua redação é fruto da participação efetiva de todos os cidadãos do município envolvidos com o direito à cidade.

No contexto que se apresenta no Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Turística do Meio-Norte, especialmente pelo grande percentual de municípios da região maiores de 20 mil habitantes e, portanto, com obrigatoriedade de elaborar seus Planos Diretores, inicialmente até outubro de 2006, depois prorrogado até junho de 2007, em conformidade com o Estatuto da Cidade, este instrumento deve ser evidenciado, não apenas pelas condições que oferece ao município de ordenar o processo de desenvolvimento urbano e estabelecer diretrizes para a ocupação de seu território como um todo, mas como mecanismo articulador de políticas setoriais, de abrangência regional, favorecendo a gestão da política de desenvolvimento do município.

Contudo, pelos dados e características apresentados, as atividades de cunho rural permeiam fortemente as sedes urbanas, podendo ser evidenciada a estreita relação entre o urbano e o rural, estruturada a partir das pequenas sedes municipais e distritos na região.

Perante o contexto nacional, a fase de elaboração dos Planos Diretores para a região fica restrita quase exclusivamente àqueles municípios menores de 20 mil habitantes, sem obrigatoriedade de prazo para elaboração desse instrumento. Não é o caso das implementações dos planos aprovados, atual objeto de atenção do Ministério das Cidades, especialmente pela oportunidade que as administrações recentemente empossadas, têm de iniciar seus mandatos, ou recomencá-los com base num instrumento de Planejamento elaborado e aprovado pelo município.

É neste sentido que se chama a atenção para que a análise, implementação ou elaboração desses Planos seja objeto de consideração nos fóruns públicos estabelecidos, de modo a viabilizar, em âmbito municipal o cumprimento das deliberações e proposições previstas para essa região.

3.4 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

A área do Plano somava 1,86 milhão de habitantes, segundo a estimativa populacional do IBGE para 2008, o que resulta em densidade populacional de 28,1 hab/km², relativamente elevada para os padrões nacionais. A taxa de urbanização da população era de 50,7 % em 2000, situando-se bem abaixo da média nacional (81,0 %) e mesmo nordestina (74,0 %). Já o crescimento populacional nos últimos anos tem sido reduzido, da ordem de 1,51 % ao ano entre 2000 e 2008, um pouco acima da média nacional (1,3 %), e em se tratando de região de emigração, expressa uma elevada taxa de natalidade.

O principal núcleo urbano da região é o município piauiense de Parnaíba, com 140 mil habitantes, assim classificado pela sua maior centralidade e maior oferta de infraestrutura, inclusive contando com um aeroporto classificado como internacional. Deve-se mencionar que Parnaíba situa-se equidistante de duas das principais metrópoles e pólos turísticos do país, Fortaleza e São Luís, ambas a cerca de 300 km.

Quadro 01: Indicadores Demográficos da Área do Plano

REGIÃO	ÁREA (km²)	POPULAÇÃO (habitantes)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./ km²)
Maranhão	28.311	506.032	17,87
Lençóis Maranhenses	10.717	159.238	14,86
Delta do Parnaíba	8.306	171.900	20,7
Alto Munim	9.287	174.894	18,83
Piauí	23.623	638.978	27,05
Planície Litorânea	5.921	263.790	44,56
Cocais	17.702	375.188	21,19
Ceará	14.063	710.663	50,53
Litoral Oeste	9.326	373.908	40,09
Ibiapaba	4.736	336.755	71,1
Total Geral	65.997	1.855.673	28,11

Fonte: IBGE – 2008

3.5-CONTEXTO ECONÔMICO

A região apresenta uma estrutura econômica precária, assentada numa atividade agrária de subsistência e de baixa produtividade. Neste cenário, despontam uns poucos núcleos urbanos com uma incipiente atividade industrial e terciária, notadamente na área turística.

O PIB total da região era de apenas 5,01 bilhões de reais em 2006, equivalente a 5,6% da soma dos PIBs dos três estados e a tão somente 1,6% do PIB da Região Nordeste. Em relação ao PIB nacional, equivalia a escassos 0,2%.

O retrato maior da pobreza da região é expresso pelo PIB per capita de apenas R\$ 2.780,00, equivalente à metade do PIB nordestino e a quarta parte do PIB per capita brasileiro. Considerando-se as 315 regiões estaduais de planejamento existentes no Brasil, a área do Plano possui três entre as dez de menor PIB per capita.

Quadro 01: Indicadores Econômicos.

REGIÃO	PIB (R\$ x 1.000)	PIB per capita(R\$)
Maranhão	1.174.865	2.412
Lençóis Maranhenses	309.301	2.040
Delta do Parnaíba	380.968	2.285
Alto Muni	484.596	2.872
Piauí	1.713.225	2.740
Planície Litorânea	867.685	3.374
Cocais	845.540	2.297
Ceará	2.120.962	3.080
Litoral Oeste	1.029.934	2.846
Ibiapaba	1.091.028	3.340
Total Geral	5.009.052	2.780

Fonte: IBGE - 2006

Atividade Agropecuária

A atividade agrícola constitui-se na principal atividade econômica na maioria dos municípios da região. As culturas que ocupam as maiores áreas cultivadas são milho, feijão, arroz, mandioca e banana. Nos três primeiros casos, ocorreram aumentos da quantidade produzida entre 1990 e 2007, com redução da área plantada, resultando em substancial crescimento do rendimento médio, muito embora esses ainda sejam bastante baixos em relação à média nacional.

A produção de milho cresceu de 35,0 mil em 1990 para 68,1 mil toneladas em 2007, com redução da área plantada de 170,6 mil para 131,5 mil hectares, resultando em aumento do rendimento médio de 205 para 518 kg/ha. Já a produção de arroz cresceu de 92,7 mil para 123,6 mil toneladas no mesmo período, com a área plantada decrescendo de 118,2 mil para 79,5 mil hectares (produtividade média cresceu de 784 para 1.554

kg/ha). Quanto ao feijão, a produção aumentou de 21,0 mil para 28,9 mil toneladas, enquanto a área plantada diminuiu 122,4 para 104,6 mil hectares (o rendimento médio subiu de 171 para 276 kg/ha).

Em relação à mandioca e à banana, ocorreram decréscimos tanto na área plantada quanto na produção e no rendimento médio entre 1990 e 2007. A área cultivada com mandioca caiu de 140,6 mil para 92,2 mil hectares, ao passo que a produção refluíu de 1.191,7 mil para 711,8 mil toneladas e o rendimento médio de 8.477 para 7.718 kg/ha. Já a área plantada com banana caiu de 5,1 mil para 4,7 mil hectares, a produção de 68,0 mil para 50,9 mil toneladas e o rendimento médio de 13.416 para 10.866 kg/ha. Como se pode observar, a produtividade média obtida na região é extremamente baixa, reflexo de uma atividade eminentemente familiar de subsistência, de baixíssima tecnificação.

A pecuária é também uma atividade relevante em vários municípios da região. O rebanho bovino somava 544,2 mil cabeças em 2007, contra 660,3 mil em 1990. Já o efetivo suíno decresceu de 1.053,9 mil cabeças em 1990 para 778,3 mil em 2007, ao passo que o rebanho caprino refluíu de 638,7 mil para 475,6 mil. O efetivo ovino foi o que sofreu menor redução, passando de 272,4 mil cabeças em 1990 para 267,6 mil em 2007. Quanto ao efetivo avícola, também houve redução, com o total de galinhas passando de 1.506,8 mil para 1.385,4 mil cabeças e o de galos, frangos e frangas de 3.021,8 mil para 2.480,4 mil. A exemplo da agricultura, trata-se de uma atividade de baixo nível de tecnificação e de rendimento.

Atividade Pesqueira e Aquícola.

Com relação à atividade pesqueira e à aqüicultura, as informações relativas à produção municipal ainda não estão disponibilizadas, mas a importância desta atividade pode ser atestada pelo fato de Camocim (CE) ser a sede da 2ª maior empresa exportadora de pescado do país, a Pesqueira Maguary Ltda, que em 2004 exportou 3.578 toneladas, no valor de Us\$ 27,8 milhões.

Da produção nacional total em 2005 de 1.009,1 mil toneladas, os estados do Maranhão, Piauí e Ceará produziram pouco menos de 14% do total, ou 137 mil toneladas. A produção nos três estados é principalmente extrativista (97,2 mil toneladas), sendo 61,0 mil de origem marinha (78% de peixes e 22% de crustáceos e moluscos) e 36,2 mil de origem continental (96% de peixes). Ambas são essencialmente artesanais (96,0 mil toneladas), com a produção industrial respondendo por somente 1,2 mil toneladas. Já a produção aquícola, também relevante, totalizou 39,6 mil toneladas em 2007, dividida em 19,9 mil toneladas de produção marinha (100% de crustáceos e moluscos) e 19,7 mil toneladas de produção continental (100% de peixes).

Existem cerca de 318.147 pescadores na região nordeste, sendo que os estados do PDSRT Meio-Norte congregam o impressionante número de 129.335 pescadores de um total nacional de 691.681.

No Ceará existem 113 pontos de desembarque, 7.402 embarcações pesqueiras e produz 16.551,9 toneladas ao ano (t/ano), angariando R\$ 110 milhões. No Maranhão são 273 comunidades pesqueiras, 9.149 embarcações, produzindo 39.652 t/ano e apresentando uma geração de divisas da ordem de R\$ 151,5 milhões. As 11

comunidades pesqueiras do Piauí produzem 3.191 toneladas, perfazendo R\$ 12,7 milhões. O Sistema Nacional de Créditos realizou em 2007, cerca de 1.456 contratos no Piauí, 4.727 no Maranhão e 3.154 no Ceará. Para este último estado, foram 361 embarcações subvencionadas pelo óleo diesel enquanto que no Piauí foram 103.

A pesca artesanal na região do Meio-Norte apresenta grande relevância em sua captura multiespecífica e fornece a maior base de autosustento e mesmo de geração de empregos para uma grande gama de municípios ribeirinhos e especialmente costeiros. Partindo dessa premissa, a ergonomia e a economia pesqueira são fundamentais para o cômputo de gestão de tais municípios, devendo fazer parte do cálculo das esferas governamentais, empresariais e setoriais, a fim de que a extração, o acondicionamento, o beneficiamento e o escoamento do pescado possa ser qualificado e que a atividade e sua cadeia produtiva se tornem sustentáveis, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população local.

A montagem de estratégias conjuntas para o adequado gerenciamento costeiro e de bacias, de modo a se realizar a gestão sustentável participativa dos recursos pesqueiros e o ordenamento das atividades incidentes, merece ênfase. Áreas de berçários, alta produção e crescimento de organismos, como mangues e estuários devem receber atenção redobrada como focos de gestão e ordenamento, assim como a pesca e coleta de determinados recursos, como caranguejos, camarões, lagosta, pargo (estes dois já são objetivo de políticas de ordenamento em curso) e espécies coralíneas ou de bancos calcáreos e de recifes. A instrumentalização de acordos de pesca ou outros consensos de gestão – legislativamente e participativamente consolidados é fundamental para a eficácia do emprego de políticas em determinadas áreas, recursos e períodos. Parcerias com órgãos responsáveis pela produção de organismos aquáticos e de gestão ambiental, tornam a adoção de áreas e Unidades de Conservação de Uso Direto como espaço privilegiado para a doção de Planos de Manejo pesqueiro que poderão ser replicados. Em estreito apoio a estas políticas, estão sendo implantados conjuntos de infraestruturas que promovem o nexo lógico de toda a cadeia produtiva local, nominados como Centros Integrados da pesca Artesanal, sendo 02 no Ceará e 01 no Maranhão.

Especialmente a maricultura pode ser considerada como um grande potencial para o fortalecimento das atividades artesanais, pois esta apresenta todas as características para se desenvolver junto às comunidades tradicionais que praticam a atividade extrativa, tendo como uma de suas maiores potencialidades o cultivo de moluscos bivalves, como ostras, sarnambis e sururus, extensamente coletados pelas comunidades tradicionais costeiras locais.

No âmbito de gestão de áreas produtivas para aquicultura no PDRST Meio-Norte, está sendo implementado um Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura - PLDM¹ no litoral maranhense, constitui-se como eficaz instrumento de planejamento para a identificação de áreas propícias a delimitação de Parques Aquícolas e as áreas de preferências para as comunidades tradicionais de forma participativa, visando o desenvolvimento e o ordenamento sustentável da maricultura e, águas de domínios da União. Desta forma, os PLDMs fortalecem o zoneamento e o gerenciamento costeiro integrado, aproveitando-se da favorável conjuntura ecossistêmica e do potencial mercadológico existente, sem desconsiderar a segurança alimentar e nutricional. Sem descartar instrumentos de orientação técnica e normativa, além de mecanismos de

incentivos, parece bastante promissor o cultivo de moluscos, crustáceos, algas e espécies - inclusive *offshore*, ampliando a produção marinha.

Atividade Extrativista Vegetal

Com relação à atividade extrativista, destaca-se que a produção do babaçu em amêndoa foi de 10,2 mil toneladas em 2007, quase 10% da produção nacional. Quanto à carnaúba, a produção em pó, da ordem de 9,0 mil toneladas (quase 50% da produção nacional) está bastante concentrada nas regiões piauienses. Já a produção de cera, de cerca de 500 toneladas (16% da produção nacional) e de fibras, de 270 toneladas (18% do total nacional), são maiores nas regiões cearenses.

Atividade Mineral

A atividade mineral é pouco expressiva na região, limitando-se à produção semi-artesanal de brita e de argila, direcionadas à construção civil. Deve ser mencionada a prospecção pela Petrobras de óleo e de gás natural na região dos Lençóis Maranhenses.

Atividades Industrial, Comercial e de Serviços

As atividades econômicas urbanas são incipientes, concentrando-se nos principais núcleos urbanos da região.

Atividade Turística

A atividade turística apresenta um excepcional potencial na região que se mostra muito pouco aproveitado em decorrência da precária infraestrutura de acesso e de serviços existentes. A região possui conhecidos atrativos ecológicos, próprios para o turismo de lazer ou esportivo, como os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a praia de Jericoacoara. Destaque também para os Parques Nacionais de Sete Cidades e de Ubajara, ambos localizados a cerca de 150 km do litoral. A atividade do artesanato, vinculada à forte expressão cultural da região, possui também enorme potencial.

É importante frisar que a região exige o tratamento de um turismo diferenciado e exemplar, em virtude da forte identidade cultural, das peculiaridades locais e da grande fragilidade ambiental constatada no território.

Com vistas a articular as políticas setoriais de turismo e planejamento urbano, com foco num processo de desenvolvimento coerente para os municípios, sob a ótica de aplicação dos princípios do Estatuto da Cidade, foi estabelecida uma cooperação técnica entre o Ministério do Turismo e Ministério das Cidades, no âmbito do Programa Prodetur II, com o intuito de promover apoio a municípios selecionados nos fóruns dos Conselhos Estaduais de Turismo para elaboração de Planos Diretores Participativos em municípios turísticos, segundo a metodologia adotada pelo Ministério das Cidades. Dentre o universo de municípios integrantes do território do Plano, alguns foram contemplados com este apoio e, no momento, encontram-se em fase de finalização ou de implementação de suas Leis Complementares aprovadas pelas Câmaras de Vereadores Municipais.

Essa articulação das políticas públicas é fundamental para esta região, tanto no sentido de otimizar esforços, de nortear coerentemente as políticas públicas e, sobretudo, de estabelecer um processo de participação permanente da sociedade civil, de modo a viabilizar um processo deliberativo participativo e o controle social de sua implementação.

3.6-INFRAESTRUTURA

A situação da infraestrutura na área do Plano apresenta-se de forma geral insuficiente e em condições precárias.

Transportes

Com relação às rodovias, a malha viária federal está em razoável estado de conservação, embora a cobertura regional ainda seja insuficiente e a sinalização turística seja precária. Ao todo, são cinco rodovias federais que cortam a Região (BR-222, BR-343, BR-402, BR-403 e BR-404), para as quais são previstos investimentos em melhorias e conservação, no âmbito do Programa de Restauração e Manutenção (CREMA), além de alguns trechos de duplicação já definidos.

Em se tratando de cobertura espacial, apenas a BR-222, que corta a região no sentido leste-oeste, e a BR-343 que liga Teresina ao litoral piauiense, têm traçado contínuo. As demais rodovias federais apresentam trechos descontínuos em termos de implantação.

Em especial, destaca-se a BR-402, cujo trecho implantado segue somente até a localidade de Sobradinho/MA, que dista 16 km da cidade-pólo de Barreirinhas/MA (acesso pela MA-225). Desta forma, as cidades do litoral leste maranhense não dispõem de acesso pavimentado, dificultando o acesso da população a serviços básicos.

Já com relação à malha viária estadual observa-se, de forma geral, boa cobertura espacial e condições de tráfego nas rodovias cearenses e piauienses, garantindo interligação entre todos os municípios. Além disto, tais Estados estão ampliando suas malhas viárias na região, com apoio de recursos do PRODETUR. Nestes Estados, destacam-se como principais eixos viários cearenses as rodovias CE-085, CE-187, CE-362 e CE-364 e as rodovias piauienses PI-110, PI-113, PI-116, PI-117, PI-214 e PI-315.

Por outro lado, constatou-se que muitas rodovias, apesar do razoável estado de conservação do pavimento, não dispõem de acostamento (CE-362) e, a sinalização horizontal e vertical é precária (CE-187). No Estado do Maranhão, alguns municípios não dispõem de acesso asfaltado e a malha vicinal encontra-se em estado crítico de conservação. Foram identificados problemas de pavimentação nas rodovias estaduais situadas nos entornos da cidade-pólo de Chapadinha e dos municípios de Urbano Santos e Belágua, destacando a MA-025, MA-026, MA-034, MA-230 e MA-325, bem como nas rodovias MA-315 (Paulino Neves - Tutóia), MA-312 (Barro Duro - Araiões), MA-327 (São Bernardo - Santana do Maranhão) e MA-311 (Humberto de Campos - Primeira Cruz - Santo Amaro do Maranhão).

Em se tratando do transporte aéreo, a região conta com o Aeroporto Internacional de Parnaíba/PI, cuja administração passou para a INFRAERO em 2004. Localizado estrategicamente na parte central da região, entre o litoral noroeste cearense (Camocim/CE e Jericoacoara/CE) e o nordeste maranhense (Lençóis Maranhenses/MA), o Aeroporto pode ser considerado como a porta de entrada do turismo na região, ressaltando-se o fato de que não há rotas de aviões comerciais

regulares para a região, sendo que a maioria dos visitantes se desloca para a região a partir das três capitais.

De acordo com informações da INFRAERO, em 2007, pousaram no Aeroporto 1.253 aeronaves, movimentando quase 54 toneladas de carga e 3.572 passageiros. Atualmente, o Aeroporto Internacional de Parnaíba/PI está sendo ampliado com recursos de R\$ 30 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Aeroporto também possui potencial para abrigar um Terminal de Cargas, tendo em vista que, na sua área de abrangência, há significativa produção agrícola de frutas (Distrito de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba – DITALPI) e rosas (Serra da Ibiapaba/CE). No entanto, cabe salientar que a viabilidade de tal empreendimento deverá ser apontada mediante estudo de viabilidade.

Outro investimento importante na Região é o Aeroporto de Camocim/CE, cuja pista possui 950,0 m, o que permite o pouso de aeronaves de pequeno porte. De acordo com informações locais, o Estado do Ceará pretende ampliar a infraestrutura do Aeroporto.

Com relação ao transporte marítimo, na década de 70, iniciou-se a construção do Porto de Luís Correia/PI, situado às margens do Rio Igarauçu nas áreas de abrangência dos Portos de Itaqui/MA e de Pecém/CE. Atualmente, o local conta apenas com molhes inadequados ao tráfego de caminhões ou trens, e apresenta construção parcial dos cais. Nenhum prédio administrativo, pátio ou armazém existe no local. Tampouco há equipamentos para embarque e desembarque de cargas, como esteiras e guindastes.

Deve-se mencionar ainda a existência e operação até meados da década de 1980 da ferrovia Luis Correia-Altos (próxima a Teresina), com 250 km, e cuja reconstrução acha-se em discussão.

No que concerne ao transporte fluvial, que teve grande importância econômica até meados do século passado, deve ser destacado o problema do assoreamento do rio Parnaíba e de um de seus braços, o Igarauçu. Vale salientar que, além de prejudicar o transporte nas comunidades ribeirinhas, este problema ainda repercute na paisagem regional, impactando diretamente a configuração de dunas e manguezais.

Também ficou patente a falta de infraestrutura nos portos turísticos ao longo dos rios, destacando-se o Porto de Tatus/PI, o Porto de Mandacaru/MA e o Porto de Tutóia/MA localizados no Delta do Parnaíba. Estes portos, tal como os outros na região do Delta, não possuem qualquer infraestrutura para recebimento de fluxo turístico com segurança e conforto.

Energia

Dados obtidos no Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB – indicam que 78% dos domicílios da região possuem energia elétrica, mesmo que o fornecimento não seja contínuo ou que a instalação não seja regularizada.

Com relação à universalização do atendimento energético, prevê-se a sua conclusão até o ano 2014, com a consolidação dos planos de universalização acordados

pelas distribuidoras com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. No que tange ao Programa Luz para Todos, a situação atual é apresentada no quadro a seguir:

Micro Região	Consumidores			Ano de Universalização
	Ligados	Saldo	Nível de Atendimento	
Lençóis Maranhenses	8.311	3.989	67,57%	2010
Alto do Munin	7.652	5.333	58,93%	2010
Delta do Parnaíba	6.900	3.716	65,00%	2010
Cocais	3.760	4.583	45,11%	2010
Planície Litorânea	561	1.508	27,11%	2010
Ibiapaba	8.163	912	89,95%	2010
Litoral Oeste	9.701	1.536	87,40%	2010

O governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e do Programa Luz Para Todos - LPT, prevê investimentos da ordem de R\$ 39,1 bilhões respectivamente, no período de 2007 a 2010 e de R\$ 4,2 bilhões pós 2010 para a conclusão de empreendimentos nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Para possibilitar a médio e longo prazo energia suficiente para o necessário desenvolvimento do Meio-Norte, esta prevista a construção de cinco usinas hidrelétricas com potência total de 493 MW, todas no rio Parnaíba, entre os estados do Maranhão e Piauí, com Leilão previsto para 2009 ou 2010 e conclusão até 2016.

De forma diferente do Piauí e do Maranhão, no Ceará a maioria dos empreendimentos são em usinas eólicas, com investimentos totais estimados em R\$ 2,1 bilhões do PAC e do PROINFA, com conclusão prevista para 2009 e fornecimento de 524,30 MW de potência.

A geração de energia eólica é uma potencialidade da região, daí ressaltar a importância de fomentar estudos e projetos para o aproveitamento do grande potencial eólico para a geração de energia elétrica. Principalmente nas microrregiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Planície Litorânea e Litoral Oeste do Ceará que tem potencial possível de desenvolvimento.

A distribuição de energia elétrica nas microrregiões componentes do Meio-Norte no Maranhão é de responsabilidade da CEMAR. O atendimento é realizado a partir da subestação de Coelho Neto, da ELETRONORTE, em 69KV, e da subestação de Tabuleiro, da CEPISA, no Município de Parnaíba, em 34,5KV.

Em 2008, a CEMAR promoveu reforços na subestação de Urbano Santos, com a ampliação da sua capacidade e novos equipamentos de controle. Em 2009 está previsto o fechamento do anel entre as subestações de Coelho Neto, Chapadinha e Palestina, na classe de tensão de 138 kV. Esta prevista a interligação das cidades de Palestina e Brejo em 34,5 kV, passando o atendimento de Brejo, Santa Quitéria e Milagres do Maranhão para o sistema CEMAR.

O suprimento de energia elétrica às microrregiões dos Cocais e Planície Litorânea no Piauí, é realizado pela CEPISA, a partir da SE Piripiri, de 230 kV, que atende diretamente 32 municípios, e da subestação de Teresina 230 kV, que atende o

município de Barras. Em ambos os casos o atendimento necessita atualmente de reforço, devido o esgotamento de sua capacidade. A solução proposta pela CEPISA é a interligação com a subestação de Piripiri e com a subestação de Campo Maior, numa extensão total de 80 km, obra que tem previsão de conclusão em maio de 2009.

O fornecimento de energia elétrica aos municípios da microrregião da Planície Litorânea é feito a partir da subestação Tabuleiros (138 kV – 120 MVA), em Parnaíba, interligando outras três subestações, para atender a área do litoral.

O suprimento de energia elétrica às microrregiões do Litoral Oeste e Ibiapaba, no Ceará, é de responsabilidade da Companhia Energética do Ceará – COELCE, e conta com uma infraestrutura composta por 17 subestações para rebaixamento de tensão e distribuição de energia elétrica, com uma capacidade instalada total de 244,5 MVA de potência.

Está planejada para esta região, no período de 2009 a 2013, a implantação de mais duas novas subestações de distribuição de 69/13,8 kV e a ampliação da capacidade instalada de outras sete subestações existentes, totalizando um acréscimo de 78,8 MVA na capacidade de abastecimento regional. Estas ações tem por objetivo equacionar alguns problemas localizados de atendimento da COELCE na região, bem como integrar as novas usinas eólicas em construção na região.

Atualmente está em andamento estudos entre a CEMAR, CEPISA e a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao MME, visando alcançar soluções estruturais definitivas para o atendimento à região. A implantação de um ponto de suprimento da Rede Básica nacional em Parnaíba visa equacionar uma solução estrutural do atendimento à região, principalmente considerando a localização estratégica deste município, o que justifica um ponto de reforço no suprimento de energia às demais microrregiões, por meio da interligação em 230 kV com a Subestação de Piripiri.

Comunicações

Com relação aos serviços de telefonia fixa, houve, nos últimos anos, uma grande expansão nas redes de telefonia fixa, alcançando todos os municípios do país e mais de 35 mil localidades, mas permaneceu uma restrição econômica ao acesso individual, face à dificuldade de boa parte dos cidadãos em arcar com o valor da assinatura básica mensal. No entanto, a universalização do acesso coletivo ao serviço de voz (por meio dos Telefones de Uso Público – TUP) mostrou-se efetiva. Hoje todos os municípios com mais de 100 habitantes devem possuir pelo menos um telefone de uso público (orelhão). Destaca-se que todos os municípios contemplados na região turística do Médio Norte são atendidos por telefones de uso público.

Na telefonia móvel, ainda se verifica que os serviços têm preços que levam a um baixo índice de utilização individual (em minutos de uso por mês) para parcela significativa dos usuários, apesar do expressivo crescimento da base de assinantes nos últimos anos (aproximadamente 150 milhões de usuários). Apenas 30% dos municípios contemplados na região do plano possuem telefonia celular. A previsão é que até abril de 2010 todos os municípios estejam atendidos por este serviço.

Além disso, esta em curso a implantação de duas iniciativas com o intuito de ampliar o acesso da população à *Internet* em banda larga: a primeira, é uma iniciativa do governo federal, para a implantação de Telecentros Comunitários em todos os municípios brasileiros, a segunda, é uma iniciativa das prestadoras de serviços de telecomunicações, o Programa Banda Larga nas escolas, que prevê o fornecimento, gratuito, até 2025, de conexão banda larga em todas as escolas públicas urbanas.

O serviço de radiodifusão é algo essencial para a regionalização da produção cultural e para a democratização das comunicações no país. Neste sentido o Ministério vem trabalhando para que até o final de 2011, pelo menos 80% dos municípios brasileiros contem, no mínimo, com um serviço local de radiodifusão.

Atendendo a esta demanda social em 2008 foi publicado mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária atingindo 99,86% do total de municípios do país, com isso, apenas os municípios recém criados ou com problemas de espectro radioelétrico ainda não foram contemplados. Hoje, 48 municípios da região turística do Meio-Norte possuem outorga para o serviço de Rádio Comunitária, sendo 20 no estado do Ceará, 15 no estado do Maranhão e 13 no estado do Piauí.

Armazenamento

Já com relação ao sistema de armazenamento, foram analisados os 77 (setenta e sete) municípios integrantes do PDSRT do Meio-Norte, levando em consideração as produções de: arroz, feijão, milho, soja, café, castanha de caju, cera de carnaúba e subprodutos do babaçu, totalizando um potencial para armazenamento de aproximadamente 304.607 (trezentos e quatro mil, seiscentos e sete) toneladas de produtos (IBGE/2007).

Porém, há somente 14 (quatorze) Unidades Armazenadoras (UAs), possuindo um total de 35.830 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta) toneladas de capacidade estática de armazenamento cadastradas, onde 14.806 toneladas são para armazenamento convencional (ensacado) e 20.259 toneladas à granel (CONAB/GECAD), distribuídas de forma irregular pela área do PDSRT do Meio-Norte, sendo que 13 (treze) pertencem a iniciativa privada e 01 (uma) pertence a Conab.

Estas estão presentes somente nas Regiões de Planejamento de: Alto Muni/MA (6 UAs), Delta do Parnaíba/MA (4UAs), Planície Litorânea/PI (3 UAs) e Litoral Oeste/CE (1 UA), mesmo assim há déficit de armazenamento nas zonas com maior presença de Unidades Armazenadoras.

3.7-CONTEXTO SOCIAL

O contexto social na região revela um quadro de precariedade em todos os segmentos: saúde, saneamento, habitação, educação, segurança pública entre outros. Tal situação decorre de uma estrutura produtiva essencialmente primária e de baixa produtividade e de uma oferta de infraestrutura insuficiente e precária.

Saúde, Saneamento e Habitação

Os dados obtidos no SIAB mostram que apenas 50% dos domicílios da região são cadastrados no Programa de Agentes Comunitários de Saúde / Programa Saúde da Família – PACS/PSF e possuem serviço de abastecimento de água proveniente de uma rede geral de abastecimento, no domicílio ou no peridomicílio. No Estado do Maranhão, apenas 29% dos municípios gozam deste serviço. Este percentual sobe para 54% no Estado do Ceará e para 61% no Estado do Piauí.

A precariedade dos serviços de esgotamento sanitário e de drenagem urbana comprometem a saúde da população. Para ilustrar este fato basta citar que no Ceará está o maior atendimento para esgotamento sanitário em apenas 21%, no Maranhão 9% e no Piauí 4%.

Com relação à limpeza urbana, observa-se, além da grande carência deste serviço, com praticamente a totalidade dos domicílios, mesmo os das áreas urbanas, desprovidos deste serviço.

O tratamento de resíduos sólidos oferece alternativas aos municípios, especialmente no sentido de organizar consórcios municipais que dividem as atribuições dessas atividades com as instâncias locais, agrupando atividades viáveis de serem tratadas de forma conjunta pelos consórcios municipais de modo a atender à região, e permanecendo sob a responsabilidade local da administração do município aquelas atividades básicas permanentes. No intuito de oferecer subsídios aos municípios e demais atores envolvidos foram desenvolvidas ações de capacitação presencial e à distância, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo, cujos resultados produzidos de orientam ações desta natureza e viabilizam o atendimento de demandas de outras políticas públicas afins.

Em relação à coleta de lixo, dos municípios da área do Plano, apenas um, Bom Princípio do Piauí, tem coleta acima de 90% dos seus domicílios, muito embora uma parcela relevante (30 municípios, sendo 15 do Piauí) tem entre 70 a 80% dos seus domicílios com lixo coletado.

Já foi realizado no Estado do Piauí, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, um diagnóstico de lixo no sentido de orientar a formação de Consórcios de Lixo para o Estado.

Tendo em vista a superação desta realidade, com a participação conjunta do poder executivo, comunidade científica e dos cidadãos, os Planos de Saneamento Básico(PSB) se destacam pelos seus princípios de universalidade, integralidade das ações e equidade. Assim, o protagonismo das comunidades locais, promoção da saúde

pública, educação sanitária e ambiental, orientação pela bacia hidrográfica e sustentabilidade são diretrizes que devem nortear o processo de sua elaboração.

Já no tocante à política de Habitação também estão em curso processos de elaboração, pelos municípios, dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, que para sua implementação poderão utilizar recursos públicos.

A região possui forte carência com relação ao atendimento de saúde. O número de estabelecimentos de saúde é baixo: apenas 767 para atender uma população de 1.305.591 de habitantes. Dos 77 municípios abrangidos pelo Plano, 18 cidades encontram-se sem leitos para internação, e 13 possuem apenas 10 leitos ou menos por mil habitantes.

Educação e Desenvolvimento Tecnológico

Os números sobre a educação da região do Meio-Norte demonstram que há necessidade de ampliação dos investimentos visando à melhoria dos indicadores nesta área. Ao comparar os números do Censo do IBGE 2007 sobre a população com idade entre 5 e 14 anos - 411.644, com o número de matrículas no Ensino Fundamental (Fonte MEC/INEP) – 431.674, é possível afirmar que as escolas deste nível da Educação Básica, além de atenderem ao público de idade regular para o respectivo nível, atendem também, cerca de 5% (cinco por cento) de estudantes que estão fora da faixa etária para o referido nível de ensino. A tabela abaixo demonstra a defasagem que ocorre entre as séries iniciais e finais do ensino fundamental, quando mais de 30% dos alunos não concluem a 4ª série ou não ingressam na série seguinte.

Ensino Fundamental	
séries iniciais - 1ª a 4ª	séries finais - 5ª a 8ª
256.468 matrículas	175.206 matrículas

Ao comparar-se os números relacionados à população que se encontra na faixa etária dos 15 aos 19 anos, que segundo o censo de 2007 é de 202.078 (Fonte IBGE), com a matrícula do ensino médio, que é de 93.100, constatamos uma defasagem ainda maior, ou seja, somente 45% chega ao Ensino Médio. Confirma-se, assim, a real necessidade de ampliação dos investimentos destinados à educação na região do Meio-Norte, por meio de parcerias com estados e municípios para que estes possam ampliar e garantir o acesso e permanência dos alunos ao Ensino Médio, a começar com aumento no número de estabelecimentos de ensino, que não chega a 300 (trezentos) para este nível.

O Ensino Técnico de nível médio na região é muito precário, dos 77 municípios do Plano somente 7 (sete) têm oferta desta modalidade de ensino, a saber: Granja-CE (1 estadual); Tianguá-CE (1 estadual); Barreirinhas-MA (1 estadual); Barras-PI (1 particular); Parnaíba-PI (1 estadual e 3 particulares); Pedro II-PI (1 particular); São João do Arraial-PI (1 particular).

Ao analisar os números relacionados à população que têm 10 anos ou mais de idade (1.236.149 pessoas - IBGE, Contagem da população 2007) e aproximando-os do nível de escolaridade desta mesma população percebemos que cerca de 61% (754.025

pessoas - IBGE, Contagem da população 2007) não ultrapassa 3 anos de estudos. Assim, é preciso potencializar programas e ações voltados à elevação de escolaridade na região, principalmente de jovens e adultos.

Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego e Direitos Humanos

Os indicadores relativos ao desenvolvimento social na região estão entre os piores da região nordeste. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fonte: PNUD,2000), dos vinte municípios mais pobres da região Nordeste, isto é, aqueles com maior percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75, quatro se encontram localizados na área do Plano, sendo que Belágua(MA) ocupava o primeiro lugar, com 81,65%.

As informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), evidenciam ainda mais a necessidade de desenvolvimento da região: dos vinte municípios com mais baixo IDH-M do Brasil, seis são da região. O cálculo do IDH-M é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda),e varia de zero a um (Fonte:PNUD,2000).

Com relação ao emprego, o percentual da população ativa com emprego formal é muito baixo. Pode-se estimar a População Economicamente Ativa (PEA) da região da ordem de 750 mil pessoas, sendo 350 mil na área urbana e 300 mil na área rural. Segundo a RAIS/CAGED, o número total de empregos formais na região totalizava 91,5 mil em dezembro de 2007, tendo crescido para 94,2 mil em novembro de 2008, representando cerca de 27% da PEA urbana.

A região se caracteriza pela predominância de pessoas empregadas na chamada economia informal urbana, trabalhando por conta própria ou empregadas sem carteira assinada.

Segurança Pública

A situação da segurança pública na região apresenta-se precária, com uma forte deficiência no contingente policial, envolvendo tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, com vários municípios dispondo apenas de destacamentos mínimos, desprovidos de viaturas, equipamento e armamento adequados.

Organização Social e Participação Social

A organização social na região ainda é bastante incipiente. As organizações de trabalhadores (sindicatos, associações e cooperativas) têm bases diminutas, baixo grau de filiação e estrutura precária, resultando em baixa capacidade de mobilização. As organizações religiosas ostentam maior poder de organização e mobilização, mas também esbarram na escassez de recursos para o desenvolvimento de suas atividades. As atividades desenvolvidas por Organizações Não-Governamentais de distintas naturezas (ambiental, educacional, assistência social) na região são ainda incipientes.

É importante estimular e fortalecer os Conselhos e Fóruns existentes na região, quer sejam os da área de planejamento urbano, políticas setoriais, colegiados territoriais,

comissões de emprego, dentre outras, de modo a reforçar o protagonismo local e garantir o controle social.

4-OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com base no diagnóstico, foram elaborados pelo Grupo de Trabalho Interministerial os seguintes objetivos geral e específicos.

4.1-Objetivo Geral

Promover de forma integrada o desenvolvimento sustentável dos 77 municípios da região do Plano, que valorize o patrimônio natural e sócio-cultural, e viabilize atividades econômicas inclusivas, dinâmicas e inovadoras para a elevação da qualidade de vida da população.

4.2-Objetivos Específicos

- Fortalecer o planejamento e a gestão territorial e ambiental nos âmbitos municipal e regional, de forma integrada, cooperativa e participativa;
- Fortalecer a diversidade e o protagonismo dos saberes, fazeres e do conhecimento tradicional no processo de desenvolvimento local;
- Fortalecer a infraestrutura de transporte, energia, comunicação e armazenamento, observando-se os aspectos ambientais e de saúde;
- Promover, qualificar e ampliar, de forma integrada, a oferta e o acesso às políticas, programas e ações de educação, segurança, assistência social, cultura, saneamento básico e ambiental, saúde, esporte e habitação para a inclusão social e cidadania;
- Fortalecer o controle social das políticas públicas;
- Fortalecer e diversificar a matriz produtiva regional, de forma sustentável e inclusiva;
- Promover o desenvolvimento do turismo de forma planejada, integrada e sustentável fortalecendo a produção local;
- Promover o fortalecimento, a qualificação e a articulação institucional, em todos os níveis;

5-DIRETRIZES

5.1- Planejamento, Ordenamento e Gestão Ambiental e Territorial

- Fortalecer a articulação e implementação das políticas públicas setoriais com enfoque territorial;
- Criar e implementar um sistema de planejamento integrado;
- Fortalecer a administração municipal com ações de capacitação e assistência técnica no planejamento e gestão territorial e ambiental;
- Apoiar o fortalecimento da atuação das organizações da sociedade civil envolvidas no planejamento territorial;
- Fortalecer os órgãos municipais, estaduais e federais, bem como sua atuação, nas ações de ordenamento, licenciamento ambiental, fiscalização, controle e monitoramento no uso dos recursos naturais, com foco ambiental e territorial;
- Estimular a criação de consórcios públicos intermunicipais / regionais e apoiar a implementação;
- Estimular e apoiar a elaboração, revisão e implementação dos PDPs (Planos Diretores Participativos);
- Promover o acesso a terra urbanizada para todos os segmentos sociais, garantindo habitações de interesse social;
- Promover a regularização fundiária, com foco prioritário para as comunidades tradicionais, agricultura familiar, Unidades de Conservação e em áreas urbanas de interesse social;
- Promover ações de assistência técnica e capacitação visando ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, especialmente no âmbito das comunidades tradicionais e locais;
- Apoiar a implementação e consolidação dos projetos de assentamento da reforma agrária, estabelecendo critérios de sustentabilidade ambiental;
- Promover e desenvolver estudos sobre capacidade de carga da região e seu plano de monitoramento;
- Apoiar a elaboração e a implementação do ordenamento territorial, dando ênfase à diversificação e a adensamento de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis;
- Apoiar a elaboração e implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação existentes, municipais, estaduais e federais;
- Estimular a implantação de infraestrutura de apoio ao uso público nas Unidades de Conservação;
- Estimular a criação de novas Unidades de Conservação, com base no estudo de identificação (MMA) de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e repartição dos benefícios com as comunidades tradicionais;
- Fortalecer a capacidade de gestão das Unidades de Conservação existentes na área;

- Apoiar a implantação de planos de gerenciamento de resíduos;
- Estimular a recuperação de áreas degradadas, Áreas de Preservação Permanentes e reserva legal;
- Estimular proprietários de terras de interesse de preservação para criação de Reserva Particular do Patrimônio Nacional;
- Implementar sistema de monitoramento sobre o uso, proteção e manejo compatíveis com as características ambientais das áreas naturais, belezas cênicas e relevância da diversidade biológica e sócio-cultural regional;
- Fortalecer e estimular a criação dos comitês de bacias e promover a implementação dos planos nacional e estaduais de recursos hídricos;
- Incentivar a adoção de resoluções do Plano Nacional sobre a Mudança do Clima na aplicação do PDSRT.

5.2-Infraestrutura para o Desenvolvimento

Transportes

- Implantar, manter e ampliar a infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias e terminais modais) que considere:
 - a) a integração dos sistemas federal, estadual e municipal;
 - b) o melhor atendimento dos fluxos de passageiros e cargas;
 - c) priorização dos investimentos em modais de menores custos de implantação, manutenção e operação com menores impactos ambientais e maiores benefícios sociais;
- Apoiar a melhoria dos serviços de transportes que considere:
 - a) a segurança, o conforto, a flexibilidade e o custo para os passageiros;
 - b) a segurança e o custo para as cargas.

Energia

- Implantar, manter e ampliar a oferta de energia da região, priorizando as fontes renováveis (eólica, biomassa e solar);
- Melhorar a infraestrutura energética e o acesso da população por meio da:
 - a) implantação das novas hidrelétricas, subestações, linhas de transmissão e rede de distribuição para o atendimento adequado da região;
 - b) universalização do fornecimento de energia;
 - c) incentivos à geração através de fontes renováveis, aproveitando todo o potencial da região do Plano;

d) promoção de pesquisas e inovações tecnológicas para fomentar a produção de biocombustíveis sem comprometer a oferta de alimentos.

- Difundir a utilização racional da energia;

Comunicações

- Garantir o acesso aos serviços de comunicações tais como :
 - a) telefonia fixa, móvel e radiocomunicação;
 - b) banda larga (acesso à internet);
 - c) serviços postais.
- Garantir a implementação de telecentros comunitários;
- Assegurar a universalização dos serviços de radiodifusão.

Armazenagem

- Identificar as demandas atuais e futuras de armazenamento na região;
- Difundir os programas governamentais para aquisição de produtos locais;
- Incentivar a implantação de armazéns privados e públicos na região.

5.3-Fomento à Atividade Produtiva

- Consolidar as cadeias produtivas locais, objetivando o escoamento e a garantia de preços mínimos;
- Estruturar canais de comercialização e agregação de valor à produção;
- Apoiar a organização, o protagonismo e o empreendedorismo dos atores locais;
- Fomentar o aproveitamento de produtos locais;
- Assegurar a sustentabilidade das atividades produtivas locais;
- Estimular as práticas econômicas sustentáveis com tecnologias de mínimo impacto ambiental, características da região (pesca artesanal, produção de artesanato, entre outros.);

Atividade Agropecuária

- Promover a inclusão competitiva da agricultura familiar por intermédio de atividades econômicas sustentáveis;
- Fortalecer e universalizar os serviços de assistência técnica e extensão rural, voltada para o aumento da produtividade agrícola;
- Apoiar e promover atividades de pesquisa, validação e difusão tecnológica;

- Ampliar o acesso ao crédito responsável e programas específicos;
- Estimular atividades de base agroecológica;
- Potencializar as capacidades da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços;
- Fortalecer os serviços de defesa e inspeção agropecuária.

Atividade Pesqueira e Aqüicultura

- Apoiar o ordenamento e fiscalização das atividades pesqueiras e aquícolas;
- Fortalecer, qualificar e integrar as cadeias produtivas aquícolas e pesqueiras, objetivando o aumento da produção sustentável;
- Fomentar a manutenção e a ampliação da rede de infraestruturas ligadas às atividades pesqueira e aquícola;
- Apoiar a difusão de tecnologia na captura e produção de forma econômica e ambientalmente adequada à região;
- Garantir a qualidade higiênico-sanitária e implantar sistemas inovadores de beneficiamento;
- Estimular o aumento de consumo dos produtos pesqueiros;
- Garantir o acesso aos direitos dos pescadores e aquicultores;
- Apoiar iniciativas que democratizem a repartição dos benefícios da pesca e aqüicultura.

Extrativismo Vegetal

- Apoiar a criação e implementação de Reservas Extrativistas, bem como seus planos de manejo;
- Congregar as comunidades da área de influência das Unidades de Conservação no processo de preservação e conservação ambiental;

Extração Mineral

- Identificar as potencialidades de exploração mineral na região, com o aumento do conhecimento geológico da região, envolvendo os Estados;
- Fomentar a agregação de valor à produção mineral;

Atividade Turística;

- Fortalecer a gestão do turismo nas instâncias de governança regional, estadual e local;
- Promover a integração regional e estadual através da roteirização;
- Fomentar investimentos em infraestrutura turística;
- Capacitar recursos humanos para o turismo;

- Estimular a produção, comercialização e valorização do artesanato regional;
- Sensibilizar a cadeia produtiva do turismo para a melhoria dos serviços;
- Desenvolver o turismo de modo a valorizar as atividades produtivas locais;
- Conciliar o uso turístico dos atrativos com as políticas de conservação ambiental e valorização do patrimônio cultural;
- Apoiar as iniciativas comunitárias locais do desenvolvimento do turismo;
- Valorizar os atrativos turísticos e incentivar a criação de novos produtos e destinos turísticos.

5.4- Inclusão Social e Cidadania

Saúde, Saneamento e Habitação

- Fortalecer a organização dos sistemas públicos de saúde, saneamento e habitação;
- Fortalecer as ações de vigilância em saúde;
- Promover a implantação e ampliação do sistema de saneamento básico e ambiental nos núcleos urbanos, comunidades rurais;
- Incentivar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Ambiental;
- Incentivar a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, articuladas às demais políticas setoriais;
- Estimular a elaboração de agendas integradas entre os três níveis de governo e segmentos sociais para o enfrentamento de possíveis problemas de saúde;
- Ampliar o acesso aos serviços de saúde com qualidade e equidade interiorizando e descentralizando os serviços de média e alta complexidade;
- Promover o desenvolvimento de ações para o fortalecimento da atenção básica com vistas à prevenção de doenças, recuperação e promoção da saúde;
- Incentivar a criação dos Conselhos gestores e dos fundos de Habitação, integrando as demais temáticas;

Educação e Desenvolvimento Tecnológico

- Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem do educando na rede pública;
- Ampliar e melhorar a rede pública de educação básica;
- Promover a qualificação e valorização dos profissionais da educação;
- Ampliar a rede de ensino profissionalizante;
- Incentivar a incorporação de novas tecnologias à realidade local;
- Inserir a educação ambiental e patrimonial na rede de ensino;
- Garantir o acesso ao ensino superior público na região do Plano;

- Envolver a rede de ensino superior nas ações de desenvolvimento regional;
- Promover o esporte e o lazer como fator de desenvolvimento e inclusão social;
- Apoiar a capacitação para multiplicadores em arte e educação;
- Articular o ensino médio e profissionalizante com as estratégias de desenvolvimento territorial;
- Promover a inclusão digital.
- Estimular a educação para o turismo na rede de ensino
- Promover educação e cidadania ambiental;

Segurança Pública

- Ampliar, qualificar e equipar as instituições responsáveis pela segurança pública, integrando suas ações e considerando a sazonalidade das atividades turísticas;
- Combater atividades turísticas relacionadas à exploração sexual das crianças e dos adolescentes
- Desenvolver ações preventivas de caráter policial e não policial;
- Desenvolver iniciativas voltadas para a garantia dos direitos humanos.

Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego e Direitos Humanos

- Apoiar a identificação das populações tradicionais e de suas possíveis demandas.
- Propiciar as condições adequadas para permanência das comunidades tradicionais em seus territórios.
- Promover a segurança alimentar e nutricional;
- Garantir a proteção e a promoção social de famílias em situação de vulnerabilidade;
- Desenvolver a qualificação profissional para a inclusão produtiva da população local;
- Promover a cultura como fator de desenvolvimento de inclusão social e geração de renda;
- Investir no fortalecimento e preservação da identidade local (saberes e fazeres, organização social);
- Dar visibilidade ao potencial cultural da região;
- Preservar o patrimônio histórico material e imaterial;

Gestão e Participação Social

- Promover a articulação das políticas setoriais, considerando os três níveis de governo e demais atores envolvidos;

- Viabilizar um sistema de planejamento e gestão participativo que integre as diferentes políticas setoriais no território;
- Apoiar a capacitação e assistência às prefeituras e organizações locais e regionais;
- Fortalecer o capital social e humano bem como as formas de organização.

6. PROGRAMAÇÃO DAS CONSULTAS.

Data	Dia da Semana	CIDADE	LOCAL
04.08.2009	Terça	Barreirinhas	<i>Quadra Valdyr Soares - centro</i>
06.08.2009	Quinta	Chapadinha	<i>Auditório do CRESU - centro</i>
08.08.2009	Sábado	Esperantina	<i>Ginásio Poliesportivo Dídimo de Castro</i>
10.08.2009	Segunda	Parnaíba	<i>Escola Municipal Roland Jacob</i>
12.08.2009	Quarta	Camocim	<i>Ginásio Poliesportivo Municipal – cruzeiro</i>
14.08.2009	Sexta	Tianguá	<i>Serra Grande Hotel</i>

7. LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE O PLANO.

MARANHÃO

AFONSO CUNHA, ÁGUA DOCE DO MARANHÃO, ANAPURUS, ARAIOSES, BARREIRINHAS, BELÁGUA, BREJO, BURITI, CHAPADINHA, HUMBERTO DE CAMPOS, MAGALHÃES DE ALMEIDA, MATA ROMA, MILAGRES DO MARANHÃO, PAULINO NEVES, PRIMEIRA CRUZ, SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, SANTANA DO MARANHÃO, SANTO AMARO DO MARANHÃO, SÃO BENEDITO DO RIO PRETO, SÃO BERNARDO, TUTÓIA, URBANO SANTOS.

PIAUI

BARRAS, BATALHA, BOM PRINCÍPIO DO PIAUI, BRASILEIRA, BURITI DOS LOPES, CAJUEIRO DA PRAIA, CAMPO LARGO DO PIAUI, CARAÚBAS DO PIAUI, CAXINGÓ, COCAL, COCAL DOS ALVES, DOMINGOS MOURÃO, ESPERANTINA, ILHA GRANDE, JOAQUIM PIRES, JOCA MARQUES, LAGOA DE SÃO FRANCISCO, LUIS CORREIA, LUZILÂNDIA, MADEIRO, MATIAS OLÍMPIO, MILTON BRANDÃO, MORRO DO CHAPÉU DO PIAUI, MURICI DOS PORTELAS, N. S. DOS REMÉDIOS, PARNAÍBA, PEDRO II, PIRACURUCA, PIRIPIRI, PORTO, SÃO JOÃO DA FRONTEIRA, SÃO JOÃO DO ARRAIAL, SÃO JOSÉ DO DIVINO.

CEARÁ

ACARAÚ, BARROQUINHA, BELA CRUZ, CAMOCIM, CARNAUBAL, CHAVAL, CROATÁ, CRUZ, GRANJA, GUARACIABA DO NORTE, IBIAPINA, IPÚ, ITAREMA, JIJOCA DE JERICOACOARA, MARCO, MARTINÓPOLE, MORRINHOS, SÃO BENEDITO, TIANGUÁ, UBAJARA, URUOCA, VIÇOSA DO CEARÁ.